

# SUPERAR O IMPASSE

*Érico Sachs*

1. Tudo indica que estamos chegando a uma encruzilhada. O movimento operário brasileiro, tal como surgiu e irrompeu no cenário nacional em 1978, chegou a um impasse. O segundo semestre de 1980 não registrou nenhuma luta salarial de importância nos centros industriais e as reivindicações salariais foram satisfeitas em nível baixo, por meio de negociações, prevalecendo as ofertas dos empresários. Em eleições sindicais, como as dos metalúrgicos do Rio de Janeiro, a chapa pelega conseguiu uma vitória expressiva. A estrutura sindical atrelada está intata no país.

O movimento operário teria perdido seu impulso? O tempo das greves teria passado? Não concordamos com essa perspectiva, mas o fato é que assistimos a um recesso. A primeira onda das lutas abertas entre capital e trabalho assalariado, iniciada em 1978, se esgotou e a próxima ainda não começou. Para poder avaliar as perspectivas de uma nova ascensão do movimento temos de fazer um balanço do ocorrido na fase passada.

2. As greves, em 1978, pegaram os empresários, o regime e seu aparelho de repressão de surpresa. Não desencadeadas ou dirigidas pelo sindicato, foram órgão fabris, comitês de greve e comissões operárias, que se encarregavam de levar a luta adiante, em cada empresa. Assistimos a uma espécie de greve de massa (distinta da greve geral), onde o exemplo de uma ou mais fábricas contagiava as empresas vizinhas.

O governo e os patrões estavam desorientados. Ainda não sabiam em que terreno estavam pisando. Havia a "abertura" recente, que de certo modo amarrava as mãos do regime. Independentemente disso, o impacto das massas em greve era tão forte, que uma tentativa de repressão poderia ter conseqüências imprevisíveis. O empresariado, por sua vez, não estava menos despreparado para enfrentar a situação. Apesar de manobras com comissões operárias não muito experientes nas negociações, os patrões em geral concordaram em pagar os dias parados. Os acordos coletivos foram concluídos sem intromissão do Ministério do Trabalho.

As greves se alastraram pelo país. Embora esse alastramento fosse desigual, assim mesmo não poupava nenhum centro industrial importante, atingindo regiões tão afastadas como Goiás e Paulo Afonso (BA).

O próximo marco foi a greve de 1979, em São Bernardo. Dessa vez, a greve foi geral (no município), desencadeada e dirigida pelo sindicato. Do ponto de vista da organização, essa greve foi superior às precedentes — embora pecasse pela falta de organização fabril. Tanto o empresariado quanto o Estado não ficaram mais tão surpreendidos. Já tinham colhido experiências e tiveram tempo para preparar-se. A repressão ainda hesitava em lançar-se frontalmente contra os grevistas, mas já ensaiava ataques esporádicos contra piquetes mais fracos. A arma usada pelo governo foi a da intervenção no sindicato — e ela deu certo — para obrigar os metalúrgicos a aceitar as condições impostas. O Ministério do Trabalho entrou novamente em cena e dessa vez não se podia mais falar de negociações em torno de um acordo coletivo. Os empresários se recusavam a pagar os dias parados. Foi o primeiro confronto organizado entre capital e trabalho e não se pode afirmar que tenha sido encerrado com uma vitória dos operários.

A prova de força decisiva, porém, foi em 1980. A segunda greve geral dos metalúrgicos de São Bernardo representou o auge das lutas sociais, iniciado dois anos atrás. Do lado dos operários, encontramos uma disposição e uma consciência bem pronunciadas. Entraram em greve sabendo que seria declarada ilegal, com a conseqüente intervenção e o não-pagamento dos dias parados. No início, o consenso entre os metalúrgicos era tão forte que se podiam abster de formar piquetes. Quando a situação se agravou, os piquetes foram formados à base de organismos de bairro, para compensar a ainda não existente organização de fábrica.

Da parte dos patrões e do Estado, entretanto, havia a decisão não só de fazer malograr a greve, como de dar uma lição à classe operária toda, mediante uma derrota infligida a seu

setor mais ativo. Dessa vez, a repressão foi aberta, policial e judicial. Não há dúvida que, no momento, eles conseguiram seu intuito e isso explica o descenso do último meio ano.

3. Que temos de aprender com essa experiência? Quais as conclusões a tirar?

Em primeiro lugar, que os métodos de luta usados até agora se esgotaram. O proletariado só poderá retomar a iniciativa sob novas formas de luta. Em São Bernardo, os metalúrgicos de um município enfrentaram não somente os recursos das mais poderosas multinacionais existentes no país, como os da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e ainda os da máquina de repressão do Estado. As relações de forças eram desiguais. Hoje já se fala em círculos sindicais da necessidade de "lutas integradas", da luta simultânea de diversos sindicatos de uma ou de mais categorias.

Isso pode ser, e provavelmente será, uma forma de transição, sob a qual as próximas lutas salariais serão travadas. Solução definitiva não é. Não esqueçamos que a última greve de São Bernardo já começou no quadro de uma espécie de luta integrada, não só no ABC, como no interior do Estado. Pouco a pouco, porém, os diversos sindicatos desistiram, contentando-se com resultados mais modestos ou simplesmente porque perderam o fôlego. No fim, São Bernardo ficou sozinho. E isso pode e vai repetir-se enquanto a nossa estrutura sindical continuar como está. Nós não podemos passar por cima do fato de não termos uma organização sindical operária como existe em qualquer país capitalista de democracia burguesa, onde se pode contar com fundos de greve e centrais sindicais em condições de levantar recursos em escala nacional. Somos um dos poucos países do mundo onde sindicatos são formados em bases municipais. Mas, para enfrentar o peso das organizações patronais, é necessária a existência de sindicatos estaduais e nacionais.

Fato é que a derrocada dessa estrutura sindical, que atua como camisa de força sobre a nossa classe operária, é a primeira condição para elevar as lutas de classes neste país a um nível mais alto. Concordamos que as relações de forças atuais não prometem essa conquista a curto prazo. Mas a penetração desse objetivo na massa operária, através de uma campanha sistemática de propaganda, aproveitando e experiência viva do movimento, já modificaria a qualidade da luta e o nível de consciência da própria classe.

4. A classe operária brasileira avançou decididamente em relação à fase anterior a 1964. A derrota frente ao golpe e a própria ditadura militar foram experiências que o proletariado absorveu como classe. Ao irromper em cena, em 1978, não o fez mais sob a bandeira do populismo. É preciso ver, entretanto, que esse novo movimento operário é antes de tudo econômico. O proletariado procura recuperar o nível de vida que baixou durante a ditadura aberta e que continua sacrificado com a inflação disparada da "abertura". Politicamente, no entanto, no que diz respeito à nossa classe operária, ainda reina um vácuo no país.

É verdade que já existe um PT e isso faz parte da experiência colhida por setores da classe, que pleiteiam "um partido sem patrões". Trata-se, entretanto, de setores minoritários, quando comparados com a classe toda. O desenvolvimento é desigual. A grande maioria continua silenciosa, limitando-se a manifestar-se como no passado, periodicamente com um voto de protesto contra o regime, o que já beneficiou a oposição burguesa, o MDB. A própria atuação do PT, até agora, reflete de certo modo a apolitização da grande massa. Acontece, todavia, que a luta meramente econômica e sindical não basta mais para enfrentar o regime militar, e os revezes sofridos nessas tentativas começam a cansar e desiludir setores da classe. É claro que a luta tem que partir das reivindicações econômicas, mas só terá chances de se impor quando sustentada politicamente — isto é, por uma política de classe. Trata-se de um círculo vicioso, que temos de romper.

5. A luta pelo sindicato livre é a forma primária, sob o qual o proletariado pode assumir a luta política sob bandeira própria. Trata-se de uma luta política, porque é dirigida contra leis, contra toda uma legislação que barra o caminho da classe em direção à sua independência. Por outro lado, não se pode falar de um proletariado independente, enquanto não se empenhar, pelo menos, pelo seu direito de livre organização.

A situação, hoje, não se enfrenta mais com meras reivindicações programáticas, no estilo da "Liberdade e Autonomia Sindical". O PC faz isso desde 1945 e nada mudou. Hoje se impõe mobilizar setores do proletariado nas fábricas, nos bairros e nos próprios sindicatos, ligando

as lutas parciais à reivindicação geral da classe. É preciso que a consciência da necessidade do sindicato operário livre penetre nas massas, para que se torne força material. E ela penetrará, porque vai ao encontro de suas necessidades objetivas. Em seu caminho do amadurecimento como classe para si, o nosso operariado não tem outra alternativa senão lutar pelo seu direito de livre associação.

6. A questão sindical representa, porém, somente um lado da medalha. O outro é do instrumento político da classe - o partido.

O que se apresenta, hoje, como partido político da classe, é o PT, e isso com certa razão. Com todas as suas fraquezas e inseqüências, reflete o estado atual do nosso proletariado em escala nacional. Representa hoje a única forma possível de um partido operário se criar nacionalmente. Surgido nos centros industriais de São Paulo, a região mais desenvolvida do país, reflete o grau de experiência adquirida por esse setor do proletariado, e ao mesmo tempo as suas limitações. Seria fácil rejeitar o PT, por suas falhas, inseqüências e omissões. Fácil demais - nós ficaríamos "entre nós", inclusive com alguns operários mais avançados, mas ao mesmo tempo renunciaríamos a um instrumento legal de organização e politização de vastos setores da classe operária. No fundo ficaríamos à margem de um desenvolvimento que se daria também sem a nossa participação, mas nesse caso desistiríamos também da possibilidade de influir sobre o desenrolar dos acontecimentos.

Ressaltamos que o ponto de partida desse processo tem que ser necessariamente de nível baixo e acessível à massa do proletariado. Esse fenômeno tem precedente. Só queremos lembrar as já conhecidas palavras de Marx (*"é preciso de tempo para que o movimento recém-despertado permita a antiga audácia da linguagem"*), - por ocasião dos preparativos da fundação da 1ª. Internacional. Quem hoje lê o "Manifesto Inaugural" e o compara com a "Guerra Civil na França" escrito sete anos depois, onde se defende a Comuna de Paris e a Ditadura do Proletariado, pode ter uma idéia do caminho que a Internacional percorreu nesse espaço de tempo. Marx e seus companheiros partiram do nível da classe operária da Europa Ocidental de então, para poder elevá-lo a um estágio mais alto. Só assim conseguiram de fato influir no curso dos acontecimentos.

O que representa o PT de hoje? Hoje só abrange uma parcela insignificante da nossa classe operária. Não há dúvida de que em eleições o voto operário seria mais expressivo, mas a sua atividade no sentido da organização e mobilização de setores do proletariado ainda é incipiente.

Uma das razões da passividade do Partido está na heterogeneidade das suas lideranças. Aí podemos distinguir três correntes:

- A liderança nacional, dominada por sindicalistas autênticos, que se mostra insuficiente e omissa do ponto de vista político, embora tenha tomado posições de classe de maneira pragmática.
- Uma ala direitista, agrupada principalmente em torno dos parlamentares, com preocupações eleitorais, disposta a conchavos com partidos burgueses e avessa a um caráter de classe do PT.
- As chamadas "oligarquias estaduais", isto é, direções estaduais compostas por grupos e seitas saídas da clandestinidade, de origem e caráter predominantemente pequeno-burguês, que dividem e disputam posições de mando.

Hoje já está evidente que essa estrutura se tornou um obstáculo para a expansão do partido no seio do proletariado. Mas, é evidente também que essa situação só poderá ser superada na medida em que o partido se expanda, na medida em que se formem novos núcleos proletários, que façam sentir a sua influência na vida partidária. É uma tarefa a prazo, mas é o caminho que devemos seguir.

Evidentemente não vemos no PT um partido revolucionário operário. Sendo partido de massas, só poderá transformar-se nesse sentido na medida em que a própria classe operária se politizar e aceitar posições revolucionárias. E aí não se vai tratar de uma simples transformação gradual do partido. Isso não se dará sem confrontos internos com as tendências pequeno-burguesas já mencionadas e inclusive com correntes da igreja

presentes no partido.

Hoje, o problema é organizar a classe nacionalmente e sem isso não haverá futuro desenvolvimento revolucionário. A classe tem que começar a aprender a andar com os próprios pés. No momento e para o futuro próximo, um desses pés é a luta pela livre organização sindical; o outro é a organização política legal, que o PT oferece. Mas esse movimento para frente só se dará de forma sincronizada quando o PT assumir a liderança da luta pelas liberdades sindicais.

*Ernesto Martins*

(Escrito em meados de 1981. Texto digitalizado e revisado com base na coletânea "Andar com os Próprios Pés", Belo Horizonte, SEGRAC. 1994).